

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com a **Lei Federal 14.133/21**, com base nas indicações do **Estudo Técnico Preliminar**, prestando as informações necessárias para o melhor atendimento à execução da obra descrita a seguir.

### **2. OBJETO**

2.1. **CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE ESPORTES E LAZER NO JARDIM SILVEIRA**, conforme descritivo, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

### **3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A construção do Centro Esportivo Silveira justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação dos espaços públicos destinados à prática esportiva, recreativa e de convivência social no município, considerando o crescimento populacional da região e a demanda existente por equipamentos públicos adequados para atendimento da comunidade.

3.2. Atualmente, o bairro Silveira demanda infraestrutura esportiva estruturada, segura e acessível, visando ampliar o acesso da população – especialmente crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social – a atividades esportivas, educacionais e de lazer, fundamentais para a promoção da saúde, bem-estar e inclusão social.

3.3. A ausência de um equipamento público multifuncional adequado limita a expansão de programas esportivos municipais, projetos sociais, atividades escolares complementares e ações comunitárias, reduzindo oportunidades de integração social e fortalecimento do convívio comunitário.

3.4. A implantação do Centro Esportivo Silveira visa:

- ampliar o acesso democrático ao esporte e ao lazer;
- incentivar a prática regular de atividades físicas, contribuindo para a melhoria da saúde pública;
- fomentar políticas públicas voltadas à inclusão social e formação cidadã;
- oferecer infraestrutura adequada para eventos esportivos, educacionais e comunitários;
- promover a ocupação qualificada dos espaços urbanos, fortalecendo o convívio social e a segurança local.

3.5. Além disso, o empreendimento está alinhado às diretrizes constitucionais de promoção do esporte como direito social, bem como às políticas públicas municipais de desenvolvimento urbano sustentável, qualidade de vida e valorização dos espaços públicos.

3.6. Dessa forma, a construção do Centro Esportivo Silveira configura-se como medida necessária e estratégica para atendimento do interesse público, proporcionando infraestrutura adequada para o desenvolvimento esportivo e social da população, contribuindo diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde, educação e integração comunitária do município.

3.7. Por conseguinte, solicitamos a abertura de processo licitatório para a **CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE ESPORTES E LAZER NO JARDIM SILVEIRA**.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

4.1. A solução proposta para a implantação do Centro esportivo consiste na execução integral de um equipamento público moderno, multifuncional e totalmente estruturado para atender às demandas esportivas, recreativas, comunitárias e de convivência social. A solução foi concebida de forma técnica, fundamentada, eficiente e orientada ao atendimento do interesse público, garantindo desempenho, qualidade, segurança, acessibilidade e sustentabilidade.

**4.2.** O espaço será implantado através de um projeto arquitetônico e urbanístico integrado, composto por:

- Campos Society;
- Quadra de Tênis;
- Quadra de Areia;
- Campos "golzinho";
- Beach Tênis;
- Pista de Caminhada;
- Praça do Streetball;
- Área de musculação;
- Vestiários;
- Área Administrativa

**4.3.** A solução proposta consiste na construção do Centro Esportivo Silveira, concebido como equipamento público multifuncional destinado à prática esportiva, recreativa e ao convívio comunitário, estruturado de forma a atender diferentes faixas etárias e modalidades esportivas, promovendo acessibilidade, integração social e incentivo à prática de atividades físicas.

**4.4.** O empreendimento será implantado em área planejada para uso esportivo e contemplará a execução de infraestrutura completa composta por espaços esportivos abertos e edificação de apoio administrativo e operacional. A solução prevê a implantação de campos society destinados à prática de futebol recreativo e treinamentos esportivos, bem como campos de dimensões reduzidas ("golzinho"), voltados principalmente ao público infantil e atividades esportivas informais.

**4.5.** O espaço contará ainda com quadra de tênis e quadra de areia multifuncional, destinada à prática de modalidades como vôlei de areia e futevôlei, além de espaço específico para a prática de beach tênis, ampliando a diversidade de atividades esportivas ofertadas à população. Será implantada também a Praça do Streetball, projetada para a prática de basquete em formato urbano, incentivando modalidades esportivas contemporâneas e o uso democrático do espaço público.



**4.6.** Complementando as atividades esportivas, será executada pista de caminhada destinada à prática de exercícios aeróbicos e atividades de lazer, integrada aos demais ambientes do complexo, promovendo circulação segura e acessível aos usuários. A solução contempla ainda área destinada à musculação ao ar livre, equipada para atividades de condicionamento físico e promoção da saúde.

**4.7.** Para suporte às atividades esportivas, serão construídos vestiários dimensionados para atendimento dos usuários, contendo instalações sanitárias, áreas de troca e apoio operacional, garantindo conforto e funcionalidade ao equipamento público. O empreendimento contará também com área administrativa, destinada à gestão do centro esportivo, organização de atividades, atendimento ao público e apoio às ações institucionais e programas esportivos municipais.

**4.8.** A concepção do Centro Esportivo Silveira busca integrar os diferentes espaços de forma funcional e harmoniosa, garantindo acessibilidade, segurança, durabilidade e facilidade de manutenção, proporcionando infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividades esportivas, educacionais e comunitárias, atendendo ao interesse público e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

**4.9.** O serviço envolve atividades técnicas com base no conhecimento prático aplicados ao planejamento, desenvolvimento e execução de uma obra.

**4.10.** Diferentemente de uma obra comum ou da prestação de serviços padronizados, o presente objeto caracteriza-se, como obra/serviço especial de engenharia, conforme definição estabelecida pela Lei nº 14.133/2021.

**4.11.** A construção do Centro Esportivo Silveira enquadra-se como obra especial de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da complexidade técnica e das condições específicas de implantação do empreendimento, que compreende edificação de dois pavimentos destinada às áreas administrativas e de apoio,



integrada à execução de múltiplos equipamentos esportivos e infraestrutura externa associada.

**4.12.** O empreendimento será implantado em área sobre estrutura de piscinão, condição que exige soluções técnicas específicas de engenharia, incluindo estudos geotécnicos, controle de cargas, sistemas adequados de fundação, drenagem e manejo de águas pluviais, bem como rigoroso planejamento executivo para garantir estabilidade, segurança estrutural e desempenho adequado da obra.

**4.13.** Adicionalmente, a execução das quadras esportivas demanda elevado controle técnico quanto à regularização do subleito, compactação, nivelamento e sistemas de drenagem superficial e subsuperficial, a fim de assegurar o correto escoamento das águas pluviais, evitar empoçamentos, patologias construtivas e garantir a durabilidade e funcionalidade dos pisos esportivos.

**4.14.** A obra envolve, portanto, a compatibilização simultânea de diversas disciplinas de engenharia, incluindo terraplenagem, drenagem, estruturas em concreto armado, instalações elétricas e hidráulicas, iluminação esportiva, pavimentações específicas e atendimento às normas técnicas de acessibilidade, segurança e desempenho, exigindo coordenação técnica especializada e controle rigoroso das etapas executivas.

**4.15.** Dessa forma, considerando as condições particulares de implantação, a necessidade de soluções técnicas específicas e a integração entre sistemas construtivos distintos, a contratação caracteriza-se como obra especial de engenharia, justificando sua classificação conforme a legislação vigente.

**4.16.** Com base no inciso XXXIII, do artigo 6º da Lei 14.133/2021, a Administração opta pelo regime de contratação semi-integrada, no qual fornecerá o projeto básico, enquanto o contratado será responsável pela elaboração dos projetos executivos, projetos complementares, execução da obra, fornecimento de bens, montagem, teste, e demais atividades necessárias para a entrega final do objeto.



**4.17.** Nesse contexto, a adoção do regime semi-integrado mostra-se mais vantajosa em relação ao regime tradicional, pois permite que o projeto executivo seja desenvolvido de forma concomitante e integrada à execução, favorecendo o aprimoramento do detalhamento técnico, a eliminação de eventuais interferências entre disciplinas e a adequação das soluções às condições reais de campo.

**4.18.** Sob o aspecto técnico-operacional, tal modelagem reduz o risco de inconsistências entre projeto e obra, minimiza a ocorrência de retrabalhos e contribui para a continuidade do cronograma físico, evitando paralisações decorrentes de necessidade de revisões projetuais típicas do modelo tradicional.

**4.19.** Destaca-se, ainda, que o processo está instruído com matriz de riscos devidamente elaborada, na qual se encontram identificados e alocados os riscos associados à execução, com definição clara das responsabilidades contratuais, o que reforça a segurança jurídica e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **5. LICENCIAMENTOS**

**5.1.** Quanto à eventual elaboração de **Relatório de Impacto Ambiental**, este não se faz necessário no presente caso, vez que o serviço/obra não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 2º, da Resolução CONAMA 001/1986, ou seja, a sua execução não se mostra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Trata-se de implantação de equipamento público em área urbana consolidada, com uso de técnicas construtivas convencionais e impactos ambientais localizados, temporários e mitigáveis.

**5.2.** A expedição de **Alvará de Construção** se mostra prescindível, haja vista que tal procedimento carece de norma municipal prevendo sua exigência e ainda, requerer que a Administração Municipal solicite para si mesma a referida autorização, mediante a anuência expressa de seus próprios órgãos técnicos, configuraria formalidade excessivamente burocrática, o que deve ser repelida,





sob pena de afronta aos princípios constitucionais da legalidade e, sobretudo, da eficiência, ambos esculpidos no "caput" do artigo 37, da Constituição Federal.

**5.3.** Caso haja necessidade de licenciamento ambiental do serviço/obra, autorizações de órgãos como CETESB, Polícia Federal, Secretaria do Meio Ambiente, DAEE, e outros órgãos, caberá à detentora/contratada tomar todas as providências para a obtenção das licenças, autorizações, regularizações, etc., bem como, os custos inerentes a tais procedimentos.

**5.4.** A presente contratação visa gerar impactos ambientais, uma vez que a contratada para a realização da obra e serviços de engenharia deverá realizar com responsabilidade ambiental, visando à economia da manutenção e operacionalização, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais considerando a composição, características ou componentes sustentáveis que reduzam o impacto ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo II.

**5.5.** A geração de resíduos sólidos comuns à obra de construção civil, tem previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

## **6. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

**6.1.** A admissão da participação de empresas sob a forma de consórcio para a **construção de espaço de esportes e lazer no Jardim Silveira** mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente amparada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, pelos fundamentos a seguir expostos:

**6.1.1.** A natureza do objeto envolve a execução de múltiplos serviços de engenharia, abrangendo disciplinas distintas, tais como obras civis, infraestrutura urbana, instalações elétricas, sistemas de iluminação pública, paisagismo, drenagem e, eventualmente, implantação de equipamentos esportivos específicos. Essa diversidade de atividades demanda a integração de diferentes



expertises técnicas, o que pode ser mais eficientemente atendido por meio da atuação conjunta de empresas especializadas.

**6.1.2.** A formação de consórcio possibilita a conjugação de capacidades técnico-operacionais e econômico-financeiras, ampliando a competitividade do certame e permitindo a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação exigidos, mas que, em conjunto, demonstram plena aptidão para a execução do objeto.

**6.1.3.** Além disso, a execução de empreendimento dessa natureza pode envolver etapas simultâneas e frentes de trabalho distintas, exigindo maior capacidade de mobilização de equipes, equipamentos e gestão integrada, fatores que são potencializados pela atuação consorciada, contribuindo para maior eficiência na execução contratual.

**6.1.4.** Sob o aspecto da vantajosidade, a admissão de consórcios tende a ampliar o universo de competidores, favorecendo a obtenção de propostas mais competitivas e alinhadas ao interesse público, sem prejuízo da adequada fiscalização e responsabilização das empresas consorciadas, que respondem solidariamente pelas obrigações assumidas.

**6.1.5.** Por fim, destaca-se que a permissão de participação em consórcio está em consonância com o princípio da competitividade e não compromete a execução contratual, desde que observados os requisitos legais e regulamentares pertinentes, especialmente quanto à comprovação de qualificação técnica e econômico-financeira, bem como à definição clara das responsabilidades entre as consorciadas.

**6.2.** Dessa forma, justifica-se tecnicamente a **permissão de participação de empresas em consórcio no presente certame**, como medida que contribui para a ampliação da competitividade, para a adequada execução do objeto e para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **7. EXECUÇÃO DO OBJETO**



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



**7.1.** O Prazo de vigência do Contrato será de **540 (quinhentos e quarenta)** dias, podendo ser prorrogado na forma da lei.

**7.2.** O Serviço será executado na AV. ALZIRO SOARES, 20 - JARDI SILVEIRA

**7.3.** A execução do objeto será a partir da emissão da ordem de início, estabelecido pela Secretaria de Obras.

**7.4.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**7.5.** O prazo de garantia contratual dos serviços, é de cinco anos, conforme artigo 618 do Código Civil:

"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais e do solo."

## **8. REAJUSTE DE PREÇOS**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da ordem de início.

**8.2.** Em caso de eventuais necessidades, os preços contratados poderão ser reajustados, de comum acordo entre as partes, caso seja ultrapassado o prazo contratual, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE - IPOP - Edificações Geral, ocorrida entre a DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DATA BASE - I0) e o DECURSO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

**8.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

**8.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

## **9. GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 9.787, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.

**9.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**9.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devam ser cumpridas de imediato.

**9.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos alocados na Secretaria de Obras, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato, anotando toda e qualquer ocorrência.

**9.6.** No caso de se contatar irregularidades deverá notificar a Contratada para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**9.7.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



**9.8.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**9.9.** O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para sua tramitação, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**10.2.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**10.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

**10.4.** Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

**10.5.** Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

**10.6.** Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

**10.7.** Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

**10.8.** Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

**10.9.** Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

**10.10.** Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

**10.11.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

**10.12.** Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

**10.13.** Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1.** Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente

instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

**11.2.** O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

**11.3.** Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

**11.3.1.** As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

**11.3.2.** O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação;

**11.3.3.** As faturas dos serviços prestados deverão ser apresentadas de acordo com a Ordem de Serviço correspondente, que deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

**11.3.4.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

**11.3.5.** No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

**11.3.6.** A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

## **12. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**12.1.** O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contatos a data de pagamento da medição final.

**12.2.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que

comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

**12.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

**12.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**12.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### **13. CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR**

#### **13.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**13.1.1.** Prova de Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo de **R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais)**.

**13.1.2.** Justifica-se este pedido, ao abrigo do **art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente.

**13.1.3.** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias**.

**13.1.4.** Caução, seguro garantia ou fiança bancaria, deverá ser no valor estipulado de 1,0% (um por cento), sobre o valor base estimado para contratação, conforme art. nº 58 e seus parágrafos da Lei 14.133 de 2021.



### **13.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM CONSÓRCIO**

**13.2.1.** Para a comprovação do Patrimônio Líquido mínimo exigido, será fixado acréscimo de até 30% (trintas por cento) sobre o valor exigido do licitante individual, conforme art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**13.2.2.** Admite-se o somatório dos valores apresentados pelas empresas consorciadas para fins de atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica, observados os critérios estabelecidos neste termo.

**13.2.3.** As demais exigências e documentos deverão obedecer ao disposto no item 13.1. deste instrumento convocatório.

### **13.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

**13.3.1.** Prova de Registro no **CREA** ou **CAU**;

**13.3.2.** Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo CREA/CAU, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às apresentadas a seguir, que são as que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo

- ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTÍNUA
- ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL - NÃO PATINAVEL
- ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA
- TELHA TRAPEOIDAL DUPLA EM AÇO GALVANIZADO
- CONCRETO DESEMPENADO E RIPADO



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

- GRAMA SINTÉTICA 50 MM

**13.3.3.** A Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional(is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA e pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 (CAU) e relacionadas à execução e/ou fiscalização dos serviços;

**13.3.4.** O Licitante deverá apresentar, declaração de indicação de responsável técnico legalmente habilitado conforme critérios estabelecidos no presente edital.

**13.3.5.** O(s) profissional(is) detentor(es) da CAT, deverá(ão) ter vínculo com a Licitante na data da celebração do contrato. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) detentor(es) da CAT pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

**13.3.6.** As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.

#### **13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

**13.4.1.** Atestado(s) em nome do Licitante, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obras, e/ou serviços de características semelhantes ou similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente, similares ou superiores às apresentadas a seguir, que são às que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo:

- ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTÍNUA.....350,0 M
- ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL - NÃO PATINAVEL.....9.485,0 KG



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

- ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA.....10.500,0 KG
- TELHA TRAPEOIDAL DUPLA EM AÇO GALVANIZADO.....655,0 M2
- CONCRETO DESEMPENADO E RIPADO.....1.750,0 M2
- GRAMA SINTÉTICA 50 MM.....1050,0 M2

NOTA: Pode-se analisar que as exigências são "quantidades razoáveis", considerando a dimensão dos serviços, e mais, não ultrapassam 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida.

**13.4.2.** Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Coordenador(es) pelas obras/serviços, objeto desta Licitação.

**13.4.3.** Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

**13.4.4.** As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.

**13.5. ATESTADO DE DESEMPENHO PARA EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

**13.5.1.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica, conforme disposto art.67 §10 e 11, da Lei 14.133/2021:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação



de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**13.5.2.** Conforme subitem 13.5.1, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**13.6. B.D.I**

**13.6.1.** Demonstração da composição do B.D.I., em conformidade com o modelo e os critérios estabelecidos em anexo.

**13.7. ENCARGOS SOCIAIS**

**13.7.1.** Foram adotados para os itens de Encargos Sociais de 136,73%, conforme SIURB.

**13.7.2.** A Licitante deverá encaminhar demonstrativo de Encargos Sociais.

**14. ESTIMATIVAS DO VALOR**

**14.1.** Conforme planilha base estima-se que o valor global de **R\$ 13.516.190,46 (treze milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e noventa reais e quarenta e seis centavos)** para execução da prestação do objeto.

**14.2.** A planilha orçamentária da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB) integra referenciais de diversas bases de dados

nacionais e complementares para garantir o alinhamento e consistência com padrões oficiais.

**14.3.** Com objetivo de garantir a transparência, a planilha orçamentária PMB é publicada, em meio oficial, com periodicidade semestral, assegurando a atualização dos dados e cumprimentos dos critérios de controle adotados pela Administração.

## **15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**15.1.** O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de "menor preço global".

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de Obras.

## **17. NOTA FINAL**

**17.1.** O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.

**17.2.** Este Termo de Referência originou-se com base no **Estudo Técnico Preliminar**, caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.

**17.3.** Em todos os casos omissos, respeitar-se-á as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal n.º 9.787/23.**

Barueri, 09 de março de 2026.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



# Assinaturas do documento



"Termo\_de\_Referência\_Req.\_00003194\_2026"

Código para verificação: **JOYTZC08**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS** (CPF: \*\*\*.518.248-\*\*) em 29/04/2026 às 16:45:47 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 22/07/2025 - 08:26:46 e válido até 22/07/2028 - 08:26:46.  
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e o código **JOYTZC08** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.